



**Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de
Políticas Sobre Drogas e Álcool do município de São Paulo - COMUDA.
Dia 6 de outubro de 2020, das 14h às 17h.**

OBS: Esta reunião foi realizada em meio ao estado de calamidade pública do Estado de São Paulo, de acordo com o decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e aconteceu remotamente por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*.

Conselheiros presentes:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Marcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)
2	Jaciélma Cleide Nascimento Costa jncosta@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)
3	Ana Cecília Lessa aclessa@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)
4	Nilson da Silva Rosa nsrosa@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)
5	Rodrigo Ramos Pinto Medeiros rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDET)
6	Décio Perroni Ribeiro Filho dpfilho@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)
7	Bruno Valsani bvalsani@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria do Governo Municipal (SGM)
8	Paulo Ferreira da Silva paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
9	Elizete Aparecida Rossoni Miranda elizete@patriciabezerra.com.br	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
10	Alcione Moreno alcionem@uol.com.br	Fundação Porta Aberta
11	Maria Angélica Comis angelica@edelei.org	Centro de Convivência é de Lei
12	Cecília Motta cecimotta@uol.com.br	Associação de Apoio ao Projeto Quixote
13	Jaqueline Santos Viana jaqueline.viana@anhanguera.com	Faculdades Anhanguera
14	Felipe Aureliano Martins felipemartins_fsp@usp.br	Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD)
15	Lindilene Toshie Shimabukuro lindilene@gmail.com	Instituto Sedes Sapientiae
16	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP)
17	Adriano Conrado Rodrigues cidajordao@crefito3.org.br	Conselho Regional de Terapia Ocupacional (CREFITO-3)
18	Regiane Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP)
19	Cristiano Ávila Maronna cmaronna@msm.adv.br	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP)
20	Vera Lucia Bagnollesi vbagnollesi@sp.gov.br	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante do poder público

Conselheiros ausentes:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Claudia Ruggiero Longhi (*justificada) claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
2	Fernando de Oliveira Pereira fpereira@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)
3	Soninha Francine soniafrancine@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
4	Michel Willian de Castro Marques michel.c.marques12@gmail.com	Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas
5	Tatiana Regina Criscuolo tatianacriscuolo@cremesp.org.br	Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP)
6	Rafael Gomes Mariano rafael.mariano@crfsp.org.br	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF/SP)
7	Marta Elena Reis martaelenaresi@yahoo.com.br	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – Representante da sociedade civil

Outros Participantes:

1. Paula - SMS
2. Maria Luiza – SMS

Início da sessão:

Décio inicia a reunião trazendo as pautas previstas: o quadro de frequência dos conselheiros e a apresentação do trabalho da SMS de testagem para COVID no território que abrange a Cracolândia. Abre, então, o momento de informes e inicia compartilhando as questões pertinentes à Sétima Conferência e a finalização do relatório. Pede para que se algum conselheiro tenha fotos do evento, compartilhar para que constem no documento final. Junto a isto, conta que será possível fazer a impressão de alguns exemplares deste relatório por meio da verba da Coordenação de Políticas Sobre Drogas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, da qual é coordenador. Não se sabe ainda quantas cópias conseguirá, mas está vendo isso junto ao departamento de finanças da SMDHC. Informa também acerca do processo de reformulação do Regimento Interno. Segundo ele, as discussões que acontecem semanalmente têm sido bastante aprofundadas e interessantes. Sobre o quadro da Política Municipal, diz que está finalizando a construção de um novo formato, diferente do que aquele que ele havia sugerido no power point, que conta apenas com tópicos das políticas. Nas próximas semanas ficou de compartilhar o documento para os conselheiros. Abre, então, a palavra aos demais membros do Conselho. **Adriano** compartilha informações do Congresso da Associação Brasileira de Saúde Mental que deve acontecer em novembro, basta se inscrever no site (ABRASME). A coordenação do evento é do Leo Pinho que é também atual coordenador da ABRASME e, segundo Adriano, faz um trabalho bem legal de ativismo na luta antimanicomial. **Marcos** propõe para o grupo de trabalho que está finalizando o relatório da sétima conferência que o material final seja distribuído para todos os serviços que compõem a política municipal, nem que seja por email ou outra alternativa eletrônica. Para ele, é fundamental que a divulgação dos resultados e do processo da conferência cheguem nos trabalhadores e usuários e que o COMUDA possa se aproximar dos territórios. **Décio** concorda com a sugestão e diz que isto já estava previsto. **Marcos** lembra também que há duas reuniões

atrás falou-se da realização de uma live do COMUDA para lançar este material da conferência e pede para que esta ideia seja retomada. **Décio** mais uma vez concorda e diz que dará os encaminhamentos necessários. Ele questiona aos conselheiros se a inversão da pauta pode ser uma opção melhor para que as convidadas **Paula e Maria Luiza**, que estão na reunião representando o trabalho executado pela saúde, possam se liberar da discussão de frequência. Todos concordam e se inicia a apresentação (o material apresentado em reunião foi encaminhado aos conselheiros por email). Finalizada a apresentação, **Décio** abre para perguntas e comentários dos conselheiros. **Décio** pede para que Paula disponibilize, no chat da reunião, o site em que pode-se encontrar os dados que ela divulgou na apresentação. ([https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Potencialidades da RAS na COVID 19 julho 2020 20200820.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Potencialidades_da_RAS_na_COVID_19_julho_2020_20200820.pdf)). **Adriano** comenta que achou a ação da saúde de enfrentamento ao covid-19 bastante consistente e serviu muito bem como contenção da propagação da doença, e apesar de não termos parâmetro de comparação, a ação conseguiu gerar dados sólidos. Com isso, Adriano questiona se dentro do fluxo de trabalho construído, a presença de um terapeuta ocupacional é sentida como suficiente ou insuficiente do ponto de vista estratégico da ação. Junto a isto, pergunta o que ficou desta experiência em termos de organização do trabalho e se os profissionais envolvidos vão conseguir se manter junto aos territórios mesmo com a otimização dos fluxos e com a abertura multiprofissional do planejamento estratégico. **Paula** responde que também é terapeuta ocupacional e que esta categoria, hoje, faz parte da estrutura da atenção básica. Diz também que acredita que esta tendência criada a partir destes novos fluxos de rede só melhoram as condições para o futuro e que perto do número de óbitos do município, a situação da Cracolândia foi bem menos expressiva do que se esperava, indicando o êxito das ações mesmo em meio ao caos. **Maria Luiza** complementa a fala de Paula e diz que acredita ser um caminho sem volta o estabelecimento destes novos fluxos. Para ela, esta já era uma necessidade que veio a se estabelecer como estratégia para o enfrentamento da COVID-19, mas que mesmo com a superação da epidemia continuará a fazer sentido. **Adriano** parabeniza pela ação e pelo legado deixado por elas. **Cecília** pergunta se há algum dado sobre criança e adolescente na estratégia de enfrentamento ao covid-19 porque na prática dela de redução de danos não há notícias de contaminação e nem de óbitos. **Maria Luiza** responde que houve apenas um caso de adolescente testado em Agosto e confirmado e nenhum caso de criança (dentro o público alvo da ação). Ela completa que dos 30 óbitos, foram 4 mulheres e 26 homens e que a maioria dos contaminados é idoso. **Marcos** parabeniza Paula e Maria Luiza pelo trabalho e questiona se dentre os 30 óbitos há como saber de que territórios essas pessoas pertencem ou qual é a coordenadoria e/ou supervisão de saúde responsável. **Maria Luiza** responde que o Comitê PopRua já havia indicado esta necessidade de detalhar melhor o boletim e, portanto, o deste mês já conterà essas informações. Por ora, os dados relativos às Coordenadorias de Saúde são mais expressivos no Centro e Sudeste. **Márcia** diz que, na Educação, está sendo feito o inquérito sorológico para toda a rede de professores, estudantes e apoiadores visando a volta às aulas do terceiro e nono ano, mais Ensino Médio. Este processo começou no dia 1 deste mês e são 87 escolas para cumprir até o dia 29. Ela complementa dizendo sobre o número alto de casos de adultos contaminados que são assintomáticos. Para se ter uma noção, em uma única unidade, de 11 servidores testados, 7 foram confirmados com COVID-19. E apenas os servidores com menos de 60 anos estão sendo testados. **Adriano** aproveita o assunto e

menciona a reunião que acontecerá na próxima semana do conselho do Estado de Saúde cujo tema será justamente este trazido pela Márcia. **Márcia** completa dizendo sobre o protocolo para a volta às aulas e a grande responsabilidade envolvida na formação de 87 mil funcionários que está sendo oferecida pela Educação e pela Escola Municipal de Saúde. **Adriano** reafirma que levará os dados para a reunião da saúde e que é preciso tomar cuidado para que o retorno às aulas não seja como foi na Paraíba. **Felipe** pergunta para as representantes da Saúde quais ações estão sendo desenvolvidas na cidade junto às cenas de uso, uma vez que elas não fazem isolamento social. Além disso, questiona acerca de quais estratégias estão sendo usadas para acessar as cenas de uso e se elas estão sendo acessadas neste momento. Junto a isto, ele volta o questionamento ao Conselho e pergunta sobre como se pensa a atuação durante a pandemia, enquanto Conselho, uma vez que sabemos que a atenção básica está atolada com a questão da covid-19 e as demandas de saúde mental aumentam porque além deste contexto há as ações no território. **Maria Luiza** esclarece que as informações trazidas são correspondentes a todo o público de população em situação de rua e não específicas somente ao público das cenas de uso. **Paula** complementa e diz que os CAPS, neste período, também fizeram muitas ações de prevenção. Houve notícia até de serviços que fizeram arrecadação de cestas básicas porque as famílias pararam de frequentar os serviços e/ou outras distribuições de insumos como sabonete, álcool gel, água... **Maria Luiza** diz que esta apresentação que mostrou na reunião é um consolidado justamente de todas as ações no município e não exclui as ações que são feitas com o público do Redenção. **Felipe** enfatiza que sua pergunta era para sabermos o que se pensa em relação ao público específico das cenas de uso e para a população que faz uso abusivo de substâncias. Complementa dizendo que não era um questionamento específico à saúde, mas sim ao Conselho como um todo, para entender quais são os aspectos destas ações que se articulam com a política municipal sobre drogas e o Programa Redenção. **Décio** coloca que, a partir da apresentação trazida por Paula e Maria Luiza, podemos entender os efeitos das ações realizadas. Especificamente sobre a Cracolândia, existe uma lista com dados a partir de março ou abril que relata as ações que envolveram as diversas Secretarias e Organizações Sociais sobre intervenções de assistência, prevenção e outros. **Décio** se disponibiliza a mandar a ele este material ou o link para acesso e continua sua fala dizendo que a cisão entre os grupos, poprua e cenas de uso, em sua visão, é apenas por uma questão didática. Por exemplo: neste momento estão sendo distribuídas 900 caixas de água na Cracolândia pela Secretaria de Direitos Humanos em articulação com a Secretaria de Governo, Saúde e algumas organizações sociais. Neste sentido, ele pontua que acredita ser mais produtivo pensar numa discussão como esta proposta por Felipe mais para frente, já com resultados mais concretos. **Felipe** diz que entende os levantamentos trazidos e que já consegue pensar em algumas prospecções a partir deles, como o próprio fato de haver muitos casos de falsos positivos, coisa que considera muito problemática. No entanto, considerando o caráter consultivo do Conselho de propor alterações e visões sobre os territórios para se pensar as políticas no tema de álcool e outras drogas, mesmo que não as formulando diretamente, ele pergunta como o Conselho vê estas ações trazidas por estes levantamentos. Complementa dizendo que hoje em dia alguns lugares estão vivendo a chamada segunda onda da covid-19, e desta forma, questiona sobre o que podemos fazer para melhorar as ações já desenvolvidas e/ou mudá-las para que esta situação de piora não volte a acontecer. **Adriano** também se manifesta no sentido de refletir acerca do que poderia ficar consolidado em termos de organização estratégica para que esta estrutura toda de ações se

mantenha dentro do programa redenção. **Paula** lembra que a maior cena de uso do município é a Cracolândia e as equipes de saúde que atuam nessa região do quadrilátero são 24 horas. São 8 equipes de profissionais (que totalizam aproximadamente 90 pessoas) que se revezam de forma contínua nos 7 dias da semana e são responsáveis não só pela prevenção à covid-19 mas também pelas demandas de saúde, incluindo saúde mental. **Bruno** procura contribuir para a proposta de reflexão de Felipe e faz um resumo das ações que foram feitas nesse contexto pandêmico pela Prefeitura na cena de uso da região da Luz. Ele lembra que houve um aumento do quadro de profissionais que realizam abordagem em saúde e que nas cenas de uso ocorre a busca ativa de indivíduos sintomáticos. Junto a isto, conforme já foi dito, reafirma que há distribuição de máscaras de tecido e itens de higiene, além de refeições e água, tanto pela Secretaria de Direitos Humanos como pela Assistência Social. Foi feita também a instalação de pias, banheiros e bebedouros públicos com a finalidade de facilitar o acesso a condições mínimas de higiene. Ele complementa dizendo que quando falamos destas ações estamos falando do recorte da população em situação de rua que faz uso abusivo de álcool e outras drogas e concomitantemente está em situação de vulnerabilidade ou risco social. Para ele é difícil distinguir este público. **Márcia** conta que a Educação, em parceria com a SMADS, tem 5 céus no município que acolheram as pessoas em situação de rua. Para o caso de as crianças voltarem às aulas, estes equipamentos precisarão ser desocupados e a conversa com a Berenice tem sido no sentido de pensar as estratégias para isto. **Décio** informa que Paula e Maria Luiza precisarão deixar a reunião por conta de outras atividades e agradece a participação e disposição delas. **Felipe** volta a dizer sobre a importância de se pensar na análise destes dados mesmo que seja enquanto a ação está ocorrendo, uma vez que precisamos nos proteger de uma eventual segunda onda e avaliar, enquanto Conselho, a efetividade destas ações e até da articulação entre os atores envolvidos (Secretarias, Organizações Sociais). Felipe sugere que esta questão entre como pauta para a próxima reunião. **Décio** diz que, em sua concepção, o Conselho já está fazendo isto. No entanto, concorda em pautar a continuação desta conversa para a próxima reunião. **Bruno** retoma a fala de Felipe e diz que quando ele menciona a articulação entre as Secretarias, ele está tocando num ponto importante do Programa Redenção. Isto é, na lei que o regulamenta são previstos os NACs (Núcleos de Acompanhamento de Casos) que fazem parte de cada unidade dos SIATs. Lá se discute com profundidade justamente a articulação entre as Secretarias a partir do caso a caso. Já em relação à governança do Programa, há o Núcleo Técnico que também compreende estas trocas e acima deste espaço há o Comitê Gestor que é composto pelos Secretários. Portanto, no Executivo, estas trocas são previstas. **Angélica** conta que o É de Lei tem feito articulações interessantes com o Consultório na Rua e o CAPSad - Sé e que estão pensando em ampliar para outras regiões do município. **Lindilene** faz sua fala em referência à fala da Márcia com relação aos CEUS que estão ocupados pela população em situação de rua. Pergunta como está sendo feito o planejamento, para onde as pessoas vão. **Márcia** esclarece que o levantamento está sendo feito neste momento justamente para ver para onde serão encaminhados, já que eles estão sendo atendidos nos CEUS desde abril. Destes 5 CEUS que estão envolvidos nesta ação, 4 não voltarão às atividades, então até 31 de dezembro de 2020 eles poderão ficar, segundo o que combinaram com a Berenice. Ela conta também que em um dos CEUS deu problema com a água e eles se mudaram para uma escola ao lado. Mas o desafio das equipes de saúde e da OS que trabalha em parceria, segundo ela, é exatamente o encaminhamento. **Décio** recapitula, então, a proposta de pauta do Felipe e

diz que pensar enquanto Conselho nestas informações que foram trazidas é importante. Entretanto, ele pensa que só vale a pena aprofundarmos a discussão desde que haja uma preparação para isto, ou seja, a pauta deve ser baseada na atuação que cada conselheiro tem neste contexto de pandemia. **Alcione** coloca que a Fundação Porta Aberta tem atuado junto aos equipamentos da Brasilândia, principalmente. Pontua que o trabalho tem sido bem interessante até o momento e contempla também a região central, Heliópolis e campo belo. **Adriano** coloca que fica claro para ele a necessidade de acompanhamento que o Conselho tem que ter em relação aos dados trazidos das pessoas em situação de rua que estão abrigadas temporariamente nestes equipamentos. Para ele, a situação do município em prover assistência a estas pessoas e depois cessar esta oferta, é bem complicada. Junto a isto, Adriano levanta a questão de como o Conselho pode organizar a análise destes dados. Isto é, quais seriam os critérios para dizermos se uma ação é boa ou ruim e quais seriam os parâmetros comparativos destas análises. **Décio** completa a fala de Adriano e diz que o ponto é justamente este, o de trazer a epidemiologia para a discussão, assim como faz a Saúde no trabalho que desenvolve no município. **Angélica** diz que sente falta de uma maior elaboração na pauta para a próxima reunião. Para ela, o fato de cada conselheiro trazer seus dados de atuação não é suficiente. Ela imagina que o Conselho deva ser um espaço de articulação destas experiências, então propõe como exemplo que haja uma construção conjunta com a saúde para pensar nas possíveis parcerias e nos territórios que carecem de alguma intervenção em conjunto e/ou outras ações estratégicas. **Décio** esclarece que o objetivo é este de elaborar proposições, mas isto ao final do processo de compartilhamento das experiências. **Felipe** diz que a fala da Angélica contemplou a dele e faz referência à fala de Alcione para contar que o CAPS Infantil da Brasilândia, em conjunto com um núcleo da PUC, lançou as ações que estavam fazendo no território em um documento muito rico. Nesse sentido, ele diz que talvez o Conselho possa fazer esta articulação também com os equipamentos e não só com as Secretarias. **Décio** pede para que Felipe compartilhe este material. **Marcos** diz que também acha fundamental a discussão mais aprofundada como falaram a Angélica e o Felipe e sente falta de uma atuação do Conselho mais propositiva e ativa neste sentido. Ele conta que soube que o É de Lei foi procurado por diversos equipamentos da RAPS para a distribuição de insumos, o que mostra uma demanda dos serviços neste momento de pandemia. Junto a isto, ele pensa que talvez o COMUDA possa se organizar para escrever um memorando técnico que contemple a visão dos conselheiros em termos do que é básico de ser oferecido a esta população de pessoas em situação de rua, como é o caso dos bebedouros, da ampliação das equipes do redenção na rua e etc. Para ele, a fala da Márcia evidencia a ausência de políticas habitacionais e culturais na política de drogas do município. **Cecília** diz que é preciso pensar nestas ações relativas à pandemia dentro de um contexto de continuidade, ainda que a pandemia acabe em algum momento. Isto é, continuar com os bebedouros, banheiros e pias nas ruas, continuar ampliando as equipes de redenção na rua e etc.

Décio passa para o segundo ponto previsto de pauta relativo à situação de presença/ausência dos conselheiros nas reuniões, pensando em como serão os critérios de encaminhamento dentro daquilo que já é previsto pelo Regimento Interno. Para isso, ele compartilha na tela um quadro de registro por conselheiro e instituição que representa desde o período que começa a sua gestão como presidente e passa a palavra ao primeiro secretário, Bruno. **Bruno** diz que é possível que tenham correções a serem feitas e que com a indicação do conselheiro isto pode ser feito neste momento. Junto a isto, explica que as informações acerca

da presença e ausência são de qualificação do conselheiro e que o Regimento Interno prevê que somente em caso de ausência de resposta por parte dele é que se qualifica a entidade a que pertence. Bruno finaliza dizendo que a ideia desta apresentação é, não só informar acerca da situação dos conselheiros e da possibilidade de correção dessas informações, como também discutir os critérios para uma análise isonômica entre os conselheiros para não prejudicar ninguém. Assim, tira-se do debate a situação de um conselheiro específico e pensa-se numa solução padrão aplicável para todos e define-se um regimento de acompanhamento da frequência. **Vera** diz que acredita que não se trata apenas do conselheiro senão da entidade, uma vez que quando o conselheiro não cumpre a frequência mínima prevista pelo Regimento, é a entidade que faz a sua troca. **Décio** afirma que é isto que precisa ser definido, uma vez que a partir de um determinado número de ausências a comunicação é feita diretamente à entidade e no momento anterior a este, a comunicação sobre a situação do conselheiro pode ser feita diretamente a ele. **Vera** sinaliza que há uma correção a ser feita no caso dela relativo ao mês de setembro de 2019 porque ela se encontrava em férias. **Cecília** sinaliza também correções em seu caso, como no mês de agosto de 2019 que esteve presente na reunião, fevereiro de 2020 que estava em férias, março de 2020 que ainda gozava das férias, maio de 2020 em que esteve ausente por conta do problema com a plataforma online da reunião, motivo que já havia sido exposto e, por fim, abril e junho de 2020 que esteve presente nas reuniões. Junto a isto, diz que havia respondido o email com a planilha ao Décio sinalizando que o arquivo não estava abrindo, mas não obteve resposta. **Alcione** sugere que os conselheiros indiquem no chat da plataforma da reunião, em forma de texto, as correções a serem feitas para facilitar o processo. Décio propõe, então, que as situações relativas à ausência justificada e situação de férias não valerem como falta, uma vez que o Regimento Interno não deixa claro como proceder nestes casos. **Bruno** esclarece que quando diz que está sendo dado o foco ao conselheiro é porque a frequência é acompanhada por meio das atas, então acaba sendo mais nominal, mas por óbvio que este conselheiro representa uma entidade. Nesse sentido, diz que a primeira providência que imagina para os casos problemáticos de frequência é, justamente, falar com a pessoa antes de notificar a entidade. Para os casos de ausência de resposta do conselheiro e/ou entidade ou mesmo de tratativas não resolutivas, a discussão passa a ser a participação da entidade no Conselho e, neste caso, a plenária pode decidir sobre a possibilidade de encaminhamento ao Prefeito de um documento que propõe sua troca. Assim, Bruno sinaliza que, em sua concepção, há vários níveis de tratativas a serem feitos. **Cecília** questiona acerca das duas colunas relativas aos meses de junho e de fevereiro e Alcione esclarece que é em decorrência das reuniões extraordinárias que houveram nestes meses. **Bruno** completa dizendo que no dia da extraordinária de fevereiro houve um dilúvio na cidade e por isso a quantidade de ausências justificadas está alta. Ele lembra também que a pauta desta reunião era a de violência nas cenas de uso. **Cecília** diz que por serem extraordinárias, as ausências não devem ser computadas. No entanto, Décio esclarece que o Regimento prevê o mesmo peso para reuniões extraordinárias e ordinárias, com a diferença que as ordinárias são reuniões previstas uma vez ao mês e as extraordinárias acontecem apenas quando há pautas que transcendem as ordinárias. **Adriano** também sinaliza algumas correções em seu caso, como o mês de maio, junho e julho. Ele diz que não teve 3 ausências seguidas e pede revisão. **Bruno** pede para que as sinalizações de correção sejam feitas por email para não haver confusão, assim facilita o processo para ele. E quanto ao arquivo do email, diz que pode fazer um pdf da imagem da planilha para facilitar o

carregamento e a visualização no email. **Vera** pede para que, no email, haja uma explicação sobre quais reuniões foram computadas para resultar na porcentagem final da frequência, mais ou menos como ele contou que fez para definir o denominador da porcentagem. **Adriano** diz que precisa que seu email seja atualizado e manda a nova versão no chat da plataforma da reunião. **Bruno** esclarece novamente que, para a porcentagem, apenas contam as cores vermelha, verde, amarelo e roxo. Já as cores azul e cinza não entram nesta conta. **Décio** propõe para os conselheiros que o acompanhamento da frequência seja feito mês a mês através do envio desta planilha por email (no formato que o Bruno colocou que facilita a visualização). Junto a isto, propõe pensar que a partir de um determinado número de ausências (apenas aquelas que forem injustificadas) pode ser gerado um primeiro contato com o conselheiro, apenas como alerta, para que ele fique ciente de sua situação e das eventuais medidas a serem tomadas a partir dali caso ele acumule mais ausências. Para os casos de ausência de resposta do conselheiro ou mesmo de “piora” da sua situação em relação à frequência, pode-se pensar em um contato já diretamente com a entidade que ele representa. Ainda mais além, pensando na possibilidade de a entidade não responder ou mesmo não mudar sua postura em relação às ausências, colocamos em plenária a situação e pensamos sobre as medidas que podem ser tomadas. Lembrando que não é do Conselho a prerrogativa da escolha de entidades e por isso qualquer medida escolhida em plenária tem um limite de ser apenas uma proposição e/ou parecer ao Prefeito. Ele lembra também que o artigo do Regimento que versa sobre isto é o 13 e prevê que medidas sejam tomadas para os casos de 3 ausências sucessivas ou 5 alternadas durante um ano. **Vera** questiona sobre a possibilidade do grupo que está trabalhando na reformulação do Regimento Interno fazer a proposta de como proceder nos casos de frequência insuficiente. **Décio** diz que o grupo do Regimento Interno pode incorporar a decisão desta discussão que viria a reafirmar o artigo 13 e, eventualmente, melhorá-lo. **Alcione** pergunta sobre qual será o procedimento em relação a Universidade Anhanguera. **Décio** diz que a construção está sendo feita neste momento em relação a isto e ele não gostaria de analisar caso a caso, uma vez que a Universidade não é a única que tem uma situação complicada em termos de frequência, como é o caso, por exemplo, da segunda conselheira do CONED, a Marta. Neste sentido, a ideia era estabelecer os critérios, e já colocá-los em prática de forma conjunta e não isoladamente. **Bruno** esclarece que o intuito deste trabalho é tirar o foco de um caso isolado e pensar nas medidas para todos os conselheiros que se encontrem na situação de insuficiência de frequência. Deste modo, é preciso o estabelecimento de critérios. Assim, esta tabela que está sendo apresentada visa suscitar esta discussão: qual o critério para a notificação do conselheiro, da entidade e, eventualmente, do Prefeito? A título de exemplo ele coloca uma pergunta: uma ausência injustificada vale uma notificação ao conselheiro? A partir de quantas iremos notificar o conselheiro? E num segundo momento, a partir de que situação notifica-se a entidade? E o Prefeito? **Bruno** finaliza dizendo que a partir disso, a diretoria do COMUDA pode operar isso de forma isonômica, independente de qual conselheiro for e da entidade que ele representa. **Décio** informa que o tempo da reunião se esgotou, no entanto como ainda não terminaram a discussão, pede aos conselheiros para que eles fiquem mais 5 minutos, se possível. **Marcos** diz que entende que a ideia da apresentação não é apontar o dedo para ninguém, porém acha muito séria a questão das ausências da Universidade Anhanguera por ser uma situação atípica. Ele coloca a questão: será que é justo apenas notificar a entidade depois dela ter ficado ausente por um ano no Conselho? E completa: será que uma manifestação da instituição que explicasse o

porquê destas ausências seria suficiente para o Conselho? Para ele, a Universidade não participa e não contribui para a política de drogas do município. **Décio** coloca que acredita que o Conselho deve dialogar com estas entidades que a partir de um critério ainda não definido forem classificadas como passíveis de alguma medida também ainda não definida. **Felipe** diz que vê os conselheiros falando sobre não cometermos nenhuma injustiça com as entidades, mas ele acredita que o que a entidade fez ao se ausentar de todas as reuniões do Conselho é também uma injustiça com todos os presentes aqui. Junto a isto, questiona a respeito da nomeação da Universidade e diz que este assunto nunca passou pela plenária do Conselho para que o Prefeito pudesse receber a indicação e fazer a nomeação. Ele lembra também que em 2016 houve um esvaziamento do COMUDA, principalmente por parte do Poder Público, e que o procedimento era o envio de ofícios às entidades, fato que a Angélica deve se lembrar, uma vez que estava na diretoria executiva nesta época. Algumas entidades respondiam e trocavam o conselheiro ou mesmo mantinham aquele que já estava e outras sequer respondiam. **Décio** esclarece que, em Agosto de 2019, foi renovada a gestão do Conselho e por consequência também da nova lei que entrou em vigor em maio de 2019, foram nomeadas as entidades que teriam direito às cadeiras. Neste sentido, diz que nenhuma destas entidades foram indicadas pela Plenária, desconstruindo assim a situação exposta por Felipe de que este fato seria suficiente para questionar a nomeação da Anhanguera. Complementa dizendo que, com relação a entrada das entidades, o grupo do Regimento Interno está, justamente, discutindo este processo que, para ele, precisa ser redemocratizado. Em seguida, **Felipe** interrompe a fala de Décio e não é possível distinguir o que é dito por nenhum dos dois. **Alcione** interrompe Felipe e Décio e diz que já se alongaram muito do tempo estipulado para a reunião e que este caminho de discussão não irá levar a nada. Com relação ao que estava sendo dito, Alcione esclarece que as demais instituições que o Décio mencionou que não passaram pela Plenária já estavam constituídas anteriormente à lei e a mudança de gestão e por isso os argumentos trazidos não eram aplicáveis. Continua sua fala a respeito da entidade que representa, a Fundação Porta Aberta que, segundo ela, faz parte há anos do Conselho e que sempre se fez presente nos debates. Neste sentido, diz que ela se sente injustiçada pelo fato desta discussão ter se alongado tanto assim a respeito de uma Universidade que nunca contribuiu. Ao final, pede ao presidente, Décio, para pensar com calma até a próxima reunião, onde pressupõe que esta discussão continuará, porque não é a mesma coisa a situação da Anhanguera e das outras entidades. **Décio** diz que irá encerrar a reunião e traz o dado de que as entidades são passíveis de renovação também. **Alcione** diz que esta renovação só acontece quando a entidade não responde ou não participa das reuniões. **Décio** diz que este é um debate que tem que ser feito, uma vez que não há previsão de cadeiras permanentes no Conselho. Inclusive, a este respeito, diz que a conversa que se teve em 2019 com a mudança de gestão e com a lei foi a de convidar novamente as entidades que já estavam participando do Conselho, porque não havia tempo para se pensar a mudança das entidades naquele momento, mas a previsão de renovação das entidades é normal, ela acontece também como a mudança de gestão. É previsto um biênio de participação. **Felipe** diz que não dá para falar de renovação de alguém que nunca assumiu. Décio encerra a discussão e pede para que ela continue na próxima reunião a partir de um patamar ético e democrático e com um maior aprofundamento.